



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**XXX CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO  
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

**1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 1ª Etapa – 11/dezembro/2004**

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO, DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL.

**INSTRUÇÕES**

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

**DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS**

**COMISSÃO DO CONCURSO**

Juíza DORA VAZ TREVIÑO – Presidenta do TRT 2ª Região e da Comissão  
Juiz LUIZ ANTONIO MOREIRA VIDIGAL – Juiz do TRT 2ª Região  
Advogado HOMERO ALVES DE SÁ (OAB)

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Juiz LUIZ EDGAR FERRAZ DE OLIVEIRA – Juiz do TRT 2ª Região e Presidente da Comissão  
Juíza BEATRIZ DE LIMA PEREIRA – Juíza do TRT 2ª Região  
Advogado DOMINGOS SÁVIO ZAINAGHI (OAB)

Obs.: o gabarito desta prova será publicado no dia 14 de dezembro de 2004, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder Judiciário, bem como na Internet, no site do TRT ([www.trt02.gov.br](http://www.trt02.gov.br)).

**BOA SORTE.**

**COMISSÃO DO CONCURSO DA MAGISTRATURA TRT/2ª REGIÃO**  
Rua da Consolação, 1272 – 21º andar – torre "B" - CEP 01302-906 - SP  
Fone: 3255-4111 Ramal 2297

**PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - PRIMEIRA PARTE - QUESTÕES DE 1 A 50**

01. Responsabilidade do sócio em razão de dívidas da sociedade. Assinale a alternativa **incorreta**.
- a) se os bens da sociedade forem insuficientes para cobrir as dívidas, respondem os sócios pelo saldo, na proporção em que participem das perdas sociais, salvo cláusula de responsabilidade solidária;
  - b) os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais;
  - c) o sócio, admitido em sociedade já constituída, não se exime das dívidas sociais anteriores à admissão;
  - d) na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social;
  - e) pela natureza alimentar do crédito trabalhista, e de acordo com as novas disposições do Código Civil, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, ficando inclusive excluído do benefício de ordem aquele que contratou pela sociedade, independentemente do tipo societário.
02. Aponte a alternativa **correta**.
- a) sociedade não personificada é a que não tem corpo visível, como as que vendem produtos pela Internet;
  - b) não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, mesmo com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa;
  - c) multa estipulada em cláusula penal, quando diária, poderá exceder o limite do principal;
  - d) ocorre remissão da execução quando o devedor solidário paga a dívida para evitar execução contra seu patrimônio;
  - e) o credor poderá dar a remissão a um dos devedores solidários, sem estender o benefício aos demais.
03. Considere as seguintes proposições:
- I. hermenêutica jurídica é o sistema de regras para interpretação das leis;
  - II. interpretação é a exposição do verdadeiro sentido de uma lei obscura por defeitos de redação ou duvidosa em relação aos fatos correntes ou silenciosa;
  - III. os vícios sociais são defeitos dos atos jurídicos capazes de conduzir à anulabilidade do negócio jurídico;
  - IV. cautela, além de significar precaução, pode ser título provisório de crédito ou conhecimento de transporte do pessoal das estradas de ferro ou da zona portuária.
- a) são verdadeiras todas as proposições;
  - b) são verdadeiras apenas as proposições I e II;
  - c) a única incorreta, inclusive por defeito ortográfico, é a proposição III;
  - d) a única incorreta, por razões óbvias, é a alternativa IV;
  - e) todas as alternativas são incorretas
04. Prescrição:
- I. é questão jurídica de direito material, tratada em Título próprio no Código Civil;
  - II. era na origem uma fórmula ou uma orientação do pretor ao juiz de como julgar a lide, sendo modernamente fato jurídico vinculado ao elemento tempo e também permite que situações de fato se transformem em situações de direito;
  - III. no Direito do Trabalho não socorre menores de 18 anos;
  - IV. o juiz pode decretá-la ex-officio para favorecer absolutamente incapaz.
  - V. é fato jurídico de direito processual, prevista no art. 301 do CPC como preliminar ao mérito.
- a) as proposições I e II estão incorretas;
  - b) as proposições III e V são as únicas incorretas;
  - c) a proposição IV é a única correta;
  - d) todas as proposições estão corretas;
  - e) todas as proposições estão incorretas.
05. O que é prejudgado?
- a) julgamento uniforme de processos nos tribunais, agrupados por matérias idênticas já superadas por súmulas dos Tribunais Superiores, vinculantes ou impeditivas de recursos;
  - b) súmula de jurisprudência do extinto Tribunal Federal Recursos – TFR;
  - c) orientações jurisprudenciais das seções de dissídios individuais (SDI-1) e coletivos (SDI-2) do Egrégio TST, de caráter provisório até sua transformação definitiva em súmula ou enunciado;
  - d) antiga denominação dada às súmulas do C. TST, que obrigavam "ex-vi legis" aos Tribunais Regionais, Juntas e Juízes de Direito investidos da jurisdição trabalhista;

- e) súmula resultante da uniformização de jurisprudência do TRT da 2ª Região, votada e aprovada nos termos do Regimento Interno, conforme autorizado no art. 896, § 3º, da CLT.
06. Reconvenção no processo trabalhista. Indique a alternativa **incorreta**.
- a) é incompatível com os processos onde há substituição processual;
  - b) é compatível com o procedimento sumaríssimo, desde que se observe o limite de 40 salários mínimos e a liquidez;
  - c) ausente o reclamante à audiência, o juiz declarará sua revelia no processo reconvencional;
  - d) se o reclamante desistir da reclamação, a empresa pode concordar, mas não é obrigada a desistir da reconvenção;
  - e) a reconvenção, ainda que procedente, não obsta que o juiz na reclamação conceda a justiça gratuita ao trabalhador.
07. Chamamento ao processo. Indique a alternativa **correta**.
- a) é obrigatório chamar ao processo os antigos sócios da empresa, quando a demanda envolver dívida passada;
  - b) é possível o chamamento de todos os sócios, antigos e atuais, juntamente com a empresa, para responderem solidariamente pelas dívidas;
  - c) é compatível com o processo trabalhista, mas constitui faculdade da parte e o deferimento pelo juiz não é obrigatório;
  - d) é facultado o chamamento dos fiadores do empregado, por dívida assumida junto à empresa;
  - e) em caso de sucessão de empresa, deve ser chamada a empresa sucedida para responder solidariamente.
08. Execução de sentença em ação de cumprimento. Coisa julgada. Alternativa **correta**.
- a) a execução deve ser extinta pelo juiz, "ex-officio" ou a requerimento da parte, se a norma coletiva, que lhe deu origem, foi anulada ou extinto o processo sem julgamento de mérito pelo Egrégio TST;
  - b) não pode ser anulada, pois a coisa julgada exige ação rescisória para ser desfeita;
  - c) a decisão do C. TST gera efeitos para o futuro ("ex-nunc"), por isso prevalecem os efeitos da sentença até a data da anulação;
  - d) o Tribunal Superior do Trabalho, órgão supremo da Justiça do Trabalho, tem ascendência sobre todos os juízes e tribunais trabalhistas, por isso suas decisões nulificantes equivalem às ações rescisórias;
  - e) anulada a sentença normativa, a execução deve ser suspensa até que a parte ingresse com pedido revisional, face à modificação no estado de fato e de direito surgida com a decisão do Tribunal Superior.
09. O prazo previsto no art. 884 da CLT e no art. 730 do CPC para a Fazenda Pública embargar a execução é de:
- a) 30 dias;
  - b) 10 dias;
  - c) 10 dias no processo do trabalho e 20 no processo comum;
  - d) 10 dias no processo do trabalho e 10 no processo comum;
  - e) 5 dias no processo do trabalho e 10 no processo comum.
10. O réu apresentou defesa e juntou documentos; o autor impugnou de modo geral os documentos e um deles, especialmente, impugnou a assinatura, dizendo não ser sua.
- I. ao impugnar o documento, o autor atraiu para si o ônus de provar o que alegou;
  - II. quem alega falsidade de assinatura transfere para o outro o ônus de provar a autenticidade;
  - III. cessa imediatamente, independentemente de declaração do juiz, a eficácia do documento, enquanto não lhe for comprovada a veracidade da assinatura;
  - IV. se a parte que produziu o documento impugnado se dispuser a retirá-lo, a fim de que o processo tenha prosseguimento, a parte contrária não pode discordar, face ao princípio da economia processual;
  - V. depois de encerrada a instrução processual a arguição de falsidade ainda é possível, mas o incidente tem de ser autuado em apartado e correrá em apenso aos autos principais.
- a) todas as assertivas são corretas;
  - b) a assertiva II é a única incorreta;
  - c) as assertivas I e IV são as únicas incorretas;
  - d) as alternativas III e V são as únicas corretas;
  - e) todas são incorretas.
11. O juiz poderá julgar conforme o estado do processo nas seguintes hipóteses:
- a) em quaisquer das hipóteses dos arts. 267 e 269 do CPC;

- b) quando a questão for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, a parte juntar com a inicial o laudo pericial em que se fundamenta sua pretensão, dispensando a produção de prova atual;
- c) quanto não houver necessidade de produzir prova em audiência em razão revelia de um dos demandados em litisconsórcio passivo;
- d) quando a questão for unicamente de direito ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de prova de audiência, ou nas hipóteses do art. 267 e dos incisos II a V do art. 269 do CPC;
- e) em todas as hipóteses acima o juiz poderá julgar conforme o estado do processo.

12. Condenação da Fazenda Pública. Reexame necessário ou recurso "ex-officio".

- I. é sempre obrigatório; a sentença não surte efeito sem o duplo grau de jurisdição;
- II. nem sempre é obrigatório; a lei o dispensa em vários casos;
- III. havendo o recurso voluntário, a falta da remessa necessária fica suprida; mas o juiz deverá reapreciar a condenação, mesmo que não conheça do recurso voluntário ou lhe negue provimento;
- IV. em qualquer hipótese deve ser anulada a sentença que deixou de observar o duplo grau de jurisdição;
- V. o juiz não pode, no reexame necessário, mudar a sentença nos pontos em que a parte, no recurso voluntário, deixou de impugná-la, salvo se envolver matéria de ordem pública.

- a) as assertivas I, IV e V são as únicas corretas;
- b) as assertivas I e IV são as únicas corretas;
- c) somente as assertivas II, III e V estão corretas;
- d) todas estão corretas;
- e) estão corretas I, III e V.

13. Juiz desentendeu-se com advogado e retirou-se do processo despachando: "Dou-me por impedido por motivo de foro íntimo". Do ponto de vista legal:

- a) agiu corretamente o juiz; magoado, poderia proferir decisão injusta, eivada de nulidade em razão da intensa carga emocional;
- b) não agiu corretamente; o impedimento é sempre de ordem objetiva, por fatos previstos em lei, o que exclui o foro íntimo;
- c) não agiu corretamente; a lei processual abre ao juiz o direito de se declarar impedido por motivo de foro íntimo (o qual, obviamente, não pode ser revelado), mas essa faculdade é sempre em relação à parte e não aos advogados;
- d) agiu corretamente; o juiz é um ser humano, tem sentimento, e não pode proferir decisões com o ego alterado;
- e) agiu corretamente; juiz e advogado são indispensáveis à administração da justiça; um conflito entre ambos pode resultar em prejuízo à parte, por isso agiu com bom senso o juiz ao afastar-se do processo.

14. Considere as seguintes proposições.

- I. a prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação, sendo obrigatoriamente realizada por "expert" nomeado pelo juiz; na inspeção judicial o juiz pode tomar a iniciativa da prova sozinho, dispensando peritos;
- II. quando um documento particular contiver ciência de um determinado fato, prova a declaração, mas não o fato declarado, competindo ao interessado fazer a prova de que o fato ocorreu;
- III. os maiores de 16 e menores de 18 anos podem ser testemunhas instrumentárias;
- IV. se a parte é confessa, perde o direito de ouvir testemunhas sobre o fato confessado, mas o juiz deve considerar na sentença a prova pré-constituída nos autos e afastar a confissão se for o caso;
- V. se o juiz indeferir perguntas, deve fundamentar sua decisão e deve obrigatoriamente transcrever na ata as perguntas indeferidas, se a parte o requerer.

- a) só a alternativa I está errada;
- b) só a alternativa II está errada;
- c) só as alternativas III e IV estão erradas;
- d) só a alternativa V está errada;
- e) não há alternativa errada.

15. Embargos de terceiro. Pode o juiz rejeitá-los liminarmente?

- a) sim; o art. 1051 do CPC dispõe que "o juiz deferirá liminarmente os embargos" se julgar suficientemente provada a posse; se pode deferi-los liminarmente, "contrario sensu", poderá rejeitá-los;
- b) não; o deferimento liminar está sujeito à cassação posterior, ao passo que a rejeição liminar importaria em decisão definitiva de mérito, "inaudita altera pars", ilegal por violar o contraditório;

- c) sim; se o autor deixar suficientemente provado que não é terceiro, a rejeição liminar se impõe;
- d) não; por se tratar de ação autônoma, a parte contrária tem o direito de colocar-se na condição de réu e apresentar defesa de mérito;
- e) sim, pode rejeitá-los liminarmente porque o processo trabalhista não está sujeito ao formalismo do processo civil.
16. "Error in judicando" e "error in procedendo". Alternativa **correta**.
- a) são erros que o juiz comete em audiência ("in judicando") ou quando procede despachos ("in procedendo");
- b) são erros materiais que o juiz corrige "ex-officio" ou a requerimento das partes;
- c) o primeiro ocorre quando o juiz interpreta e aplica erroneamente a lei e o segundo quando não observa os pressupostos processuais;
- d) o primeiro o tribunal anula, para que nova decisão seja proferida, e o segundo o tribunal reforma, procedendo de acordo com a lei processual;
- e) ambos podem ser corrigidos por meio de embargos de declaração.
17. São pressupostos processuais:
- a) existência de juiz competente, demanda não "ex-officio", capacidade processual das partes e capacidade de requerer em juízo;
- b) existência de demanda, juiz imparcial, possibilidade jurídica do pedido e interesse de agir;
- c) demanda não "ex-officio", juiz competente e imparcial, legitimidade e citação válida;
- d) demanda, juiz competente, partes legítimas, possibilidade jurídica do pedido e interesse de agir;
- e) inexistência de coisa julgada, de litispendência e de prescrição.
18. As nulidades no processo trabalhista podem ser declaradas "ex-officio" ou a requerimento das partes, sendo suficiente que haja o prejuízo processual.
- a) a afirmação está parcialmente correta; a nulidade só pode ser declarada de ofício se ficar provado o manifesto prejuízo processual;
- b) a afirmação está absolutamente correta, não há o que pôr ou tirar;
- c) a afirmação está errada; o juiz do trabalho só pode decretar nulidade a requerimento das partes, as quais deverão argui-las na primeira oportunidade que tiverem de falar nos autos;
- d) a afirmação está correta, mas incompleta; nas questões de interesse das partes, somente elas podem pedir a declaração, desde que argüidas na primeira oportunidade que tiverem de falar nos autos e haja manifesto prejuízo processual que não possa ser corrigido ou suprido pelo tribunal; nas matérias que digam respeito à validade jurídica do processo – como incompetência absoluta – pode o juiz de ofício decretar a nulidade do processo ou de apenas alguns atos processuais;
- e) a afirmação está errada; as nulidades, por serem absolutas, devem ser decretadas "ex-officio";
19. Trabalhadores ajuizaram reclamação contra a Fazenda Pública municipal postulando direitos específicos, mas deixaram de juntar o texto de uma das leis que fundamentavam o pedido. Atitude do juiz.
- a) problema da parte que errou; pelo art. 787 da CLT, todos os documentos devem vir com a inicial; o juiz deve declarar a inépcia naquele ponto;
- b) o juiz tem obrigação de conhecer as leis, por força do princípio "iura novit curia"; ele deve consultar os Códigos e os compêndios para dar a solução à lide;
- c) no Direito do Trabalho a petição inicial deve conter uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio; ao juiz cabe conhecer e aplicar as leis, face ao princípio "da mihi factum dabo tibi jus"; na ausência da lei, o juiz pode julgar por analogia, costume e princípios gerais de direito;
- d) o juiz deve julgar a lide no estado em que se encontra, rejeitando o pedido por falta de prova;
- e) o juiz não é obrigado a conhecer direito municipal; deve exigir que a parte prove o teor e a vigência da lei; não pode declarar a inicial inepta antes de dar à parte o direito de corrigi-la.
20. Execução contra a Fazenda Pública. Alternativa **correta**.
- a) todas as dívidas da Fazenda Pública estão sujeitas à formação de precatório;
- b) o juiz, ao constatar que a Fazenda Pública não pagou o valor da dívida com a correção monetária, pode ordenar o seqüestro da importância faltante, desde que oficie ao Presidente do Tribunal para as providências cabíveis;
- c) dívidas definidas em lei como de pequeno valor não estão sujeitas à formação de precatório;
- d) todas as dívidas estão sujeitas à ordem cronológica de apresentação dos precatórios;
- e) o prazo de embargos para a Fazenda Pública é em dobro.
21. Agravo de petição. Alternativa **incorreta**.

- a) deve ser processado em autos apartados, com o fornecimento das peças necessárias ao conhecimento da matéria e dos valores impugnados, exceto se houver carta de sentença, caso em que poderá ser processado nos autos principais;
- b) a competência para julgar o agravo é da seção de dissídios individuais (SDI) ou das turmas do Tribunal;
- c) se o relator, por decisão monocrática, considerar o agravo de petição incabível, cabe agravo regimental à própria Turma;
- d) o agravo só será recebido se a parte indicar, com precisão, as matérias e os valores impugnados, de forma discriminada, competindo ao juiz da execução negar-lhe o processamento;
- e) quando versar apenas sobre as contribuições sociais, o juiz, de ofício, determinará a extração de cópias das peças necessárias, que serão autuadas em apartado e remetidas à instância superior para apreciação, após contraminuta.
22. A ação pauliana é compatível com a execução trabalhista?
- a) não, pois a execução trabalhista é uma continuidade da fase de conhecimento e não tem autonomia para concurso de credores, como no cível;
- b) sim, uma vez que a ação pauliana tem por objetivo anular fraudes contra credores, o que é perfeitamente compatível com a execução trabalhista;
- c) não, pois a ação pauliana é uma ação real e não uma ação pessoal;
- d) o juiz do trabalho não depende de ação pauliana para anular atos fraudulentos;
- e) a insolvência civil, pressuposto da ação pauliana, é incompatível com o processo do trabalho.
23. Pode o advogado da empresa ser preposto e advogado ao mesmo tempo?
- a) sim, pois não há restrição legal na acumulação das duas funções;
- b) sim, a função advocatícia decorre do exercício legal de uma profissão e a preposição é uma delegação de poderes para representar a empresa em juízo, conforme autorizado na CLT;
- c) não, pois o Regulamento Estatutário proíbe que o profissional seja advogado e ao mesmo tempo preposto do empregador ou do cliente;
- d) não, pois o advogado, por força de lei, é obrigado a dizer a verdade na contestação e no depoimento pode mentir;
- e) não pode, pois não existe a figura de advogado-preposto.
24. Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional. Esta afirmação:
- a) está cem por cento correta, redação da CLT;
- b) está parcialmente correta; a administração indireta tinha de ser excluída;
- c) está cem por cento errada; o sumaríssimo não foi fixado em relação às pessoas e sim em relação ao valor;
- d) está parcialmente correta; as fundações pertencem à administração pública indireta;
- e) está contrariando a Constituição, pois todos são iguais perante as leis trabalhistas.
25. Considere as seguintes proposições:
- I. os Tribunais Regionais do Trabalho com até 25 juízes podem constituir Órgão Especial, com número de juízes definido regimentalmente, para julgar matérias de competência do Tribunal Pleno;
- II. as orientações jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho têm a mesma importância dos enunciados para admissão de recurso de revista;
- III. não tem amparo constitucional a exigência do INSS para que o juiz execute de ofício as contribuições previdenciárias previstas no art. 195, I, a, e II, da CF;
- IV. a CF prevê um Tribunal Regional do Trabalho em cada estado;
- V. diante da atual flexibilização dos direitos trabalhistas, o dissídio coletivo não precisa observar literalmente as disposições legais mínimas de proteção trabalho.
- a) todas as proposições estão corretas;
- b) estão corretas apenas I, II, III e IV;
- c) estão corretas apenas II, IV e V;
- d) todas as alternativas estão erradas;
- e) apenas a alternativa II está correta.
26. Contrato. Interprete o dispositivo abaixo e assinale a alternativa **correta**:
- "Não havendo prazo estipulado, nem se podendo inferir da natureza do contrato, ou do costume do lugar, qualquer das partes, a seu arbitrio, mediante prévio aviso, pode resolver o contrato.
- Parágrafo único. Dar-se-á o aviso:
- I - com antecedência de oito dias, se o salário se houver fixado por tempo de um mês, ou mais;
- II - com antecipação de quatro dias, se o salário se tiver ajustado por semana, ou quinzena;

III - de véspera, quando se tenha contratado por menos de sete dias."

- a) o dispositivo está contido na CLT e refere-se ao contrato de pequena empreitada;
- b) refere-se à lei 3.207, que regulamenta a profissão dos vendedores viajantes e praticistas;
- c) está contido no Código Civil e o vocábulo salário tem acepção equívoca;
- d) o preceito é específico de lei federal que regula a contratação temporária de pessoal para execução de serviço especificado ou para o qual a determinação de prazo seja impossível;
- e) o preceito refere-se ao contrato de trabalho dos trabalhadores rurais;

27. Estabilidade em razão de acidente de trabalho ou doença profissional. Norma coletiva. Alternativa **correta**.

- a) a doença profissional deve ser atestada por médico do INSS, quando tal exigência está prevista em cláusula de convenção coletiva ou de decisão normativa; a ausência do atestado importa o não reconhecimento do direito;
- b) o juiz do trabalho não pode nomear perito para apurar acidente de trabalho ou doença ocupacional que venham a ser diagnosticados depois da rescisão do contrato;
- c) o juiz, com base no laudo pericial, pode determinar na sentença a reintegração imediata do empregado, impondo multa diária nos termos do art. 729 da CLT;
- d) a reintegração pode ser determinada em execução provisória;
- e) a doença incapacitante se equipara à doença ocupacional para efeitos previdenciários.

28. Assistência judiciária gratuita. Justiça gratuita. Alternativa **correta**.

- a) assistência judiciária gratuita e justiça gratuita na Justiça do Trabalho se confundem pois seus efeitos são iguais;
- b) a assistência judiciária gratuita só pode ser deferida a quem ganha até dois salários mínimos;
- c) a justiça gratuita não inclui a isenção de despesas periciais;
- d) a declaração de pobreza prevista na lei 7.115/83 pode ser firmada pelo advogado;
- e) por ser faculdade, o juiz não é obrigado a fundamentar indeferimento de justiça gratuita.

29. Comissão de Conciliação Prévia (CCP). Acordo homologado e questionado na Justiça do Trabalho, quanto à validade jurídica. Alternativa **correta**.

- a) só se admite o questionamento quanto às parcelas expressamente ressalvadas;
- b) se a CCP foi utilizada para quitação das verbas rescisórias, sobretudo se o empregado tiver mais de um ano de serviço, haverá preterição de solenidade; o acordo é nulo, inclusive por ausência de demanda;
- c) não há nulidade se a conciliação foi assinada na CCP constituída no âmbito do sindicato;
- d) o acordo perante a CCP, seja no âmbito do sindicato ou da empresa, resulta em quitação de todos os direitos decorrentes do contrato;
- e) as decisões das CCP devem ser unâimes para valerem como título executivo extrajudicial.

30. Empregado com mais de dez anos serviço na empresa antes da CF/88, não optou pelo regime do FGTS. Foi dispensado sem justa causa em 2001, recebendo todos os direitos. Ao faltar um dia para a prescrição se consumir, e invocando estabilidade anterior à CF/88, ajuizou reclamação pedindo reintegração no cargo que sempre ocupou na empresa – Gerente de Recursos Humanos – ou, se impossível, os salários até a data da sentença e as indenizações em dobro. A reclamada contestou o pedido, inclusive porque o cargo já estava ocupado há quase dois anos por empregado de nível superior, mais adaptado às necessidades atuais da empresa, o que impossibilitava a reintegração. Escolha a alternativa correta.

- a) a reintegração é obrigatória, pois o estável só pode perder o emprego por falta grave;
- b) não é devida reintegração, pois a CF/88 acabou com a estabilidade decenal e todos os empregados admitidos antes de 5/10/88 passaram automaticamente ao regime do FGTS, autorizada a dispensa;
- c) a reintegração é devida, mas o juiz, a seu justo critério, poderá convertê-la em indenização em dobro pelo tempo anterior à CF/88 e a liberar o FGTS do tempo posterior, se efetivamente o cargo estiver ocupado por outro empregado e a reintegração se tornar desaconselhável;
- d) pela lei atual, se o juiz considerar desaconselhável a reintegração, a indenização é devida em dobro pelo tempo anterior à CF/88 e simples pelo período posterior;
- e) o reclamante não tem direito à reintegração, nos termos do art. 499, da CLT.

31. Força maior. Considere as seguintes proposições:

- I. entende-se por força maior o acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador; a imprevidência deste não a exclui;
- II. em caso de força maior é lícita a redução dos salários em até 25% (CLT, art. 503);
- III. doutrina e jurisprudência sustentam que o princípio da irredutibilidade, previsto no art. 7º, inc. VI, da CF, impede a redução do salário por motivo de força maior;
- IV. se a força maior não afetar a situação econômica ou financeira da empresa, nenhum efeito terá nos contratos de trabalho;

V. se houver falsa alegação de força maior, aos empregados não estáveis é assegurado o complemento da indenização e o pagamento dos salários atrasados.

- a) todas assertivas acima estão incorretas;
- b) as assertivas I, II e IV são as únicas corretas;
- c) apenas a assertiva III está correta;
- d) as únicas corretas são III, IV e V
- e) todas assertivas são corretas

32. A participação em greve:

- a) suspende o contrato de trabalho e o período de suspensão deve obrigatoriamente fazer parte do acordo, convenção ou decisão normativa;
- b) interrompe o contrato de trabalho, se observadas as condições previstas na Lei 7.783/89 – Lei de Greve;
- c) não gera a suspensão, nem a interrupção, por ser evento jurídico inerente ao contrato de trabalho;
- d) interrompe o contrato de trabalho, desde que seja não abusiva a greve;
- e) dependendo do tempo de duração, gera, sucessivamente, a interrupção e a suspensão do contrato de trabalho.

33. Juiz homologa acordo sem reconhecimento do vínculo empregatício, isentando as partes das contribuições previdenciárias face à natureza indenizatória da verba, paga por liberalidade. Notificado, o INSS ingressou com petição pedindo reconsideração sob o argumento de que o recolhimento da contribuição era obrigatório, nos termos do art. 195 da CF. Qual a atitude legal do juiz?

- a) deve indeferir a petição, por impertinente, pois a medida cabível era recurso, cujo prazo se iniciou com a intimação da decisão homologatória;
- b) deve indeferir a petição, por impertinente, mas o prazo de recurso deve ser contado a partir da notificação do despacho indefinitório;
- c) deve reconsiderar a decisão e ordenar às partes que façam a discriminação das parcelas para fim de recolhimento das contribuições, nos termos da norma constitucional;
- d) deve receber a petição como embargos de declaração, pelo princípio da fungibilidade dos recursos, e reformar a decisão por ser obrigatório o cumprimento das normas constitucionais;
- e) deve indeferir a petição; a contribuição nos acordos sem vínculo empregatício equivale à contribuição do autônomo, cuja competência para julgar é da Justiça Federal.

34. Contribuições assistenciais e confederativas. Afirmção **correta**.

- a) a prescrição final para reclamar é de até dois anos após o encerramento da atividade empresarial;
- b) a prescrição é de cinco anos, até dois após o término do contrato de trabalho do respectivo empregado;
- c) por se tratar de ação típica dos sindicatos, mesmo em causa própria, cabem honorários advocatícios;
- d) as contribuições obrigam empregados associados e não associados, se assim dispuser a norma coletiva;
- e) o juiz pode declarar nula a cláusula da convenção coletiva, do acordo ou da sentença normativa que impuser a obrigação aos trabalhadores não sindicalizados.

35. Transferência do empregado. Considere as seguintes afirmações.

- I. a lei, como regra, veda a transferência do empregado de uma localidade para outra;
- II. para os cargos de confiança, a cláusula de intransferibilidade não se aplica, mas permanece sempre o direito ao adicional de 25% se a transferência for provisória;
- III. se o estabelecimento encerrar a atividade, é lícita a transferência do empregado, sem nenhuma restrição legal ou encargo para a empresa, exceto despesas da transferência;
- IV. se a transferência for para local mais distante da residência, a única obrigação da empresa é ressarcir o acréscimo resultante das despesas de locomoção;
- V. presume-se abusiva a transferência sem a prova da real necessidade de serviço.

- a) a alternativa II é a única incorreta;
- b) a alternativa IV é a única incorreta;
- c) todas as assertivas estão corretas;
- d) a alternativa V é a única incorreta;
- e) as alternativas I, III e V são as únicas corretas.

36. Pode o juiz estabelecer novas condições de trabalho em dissídio individual?

- a) sim, sobretudo se for para a proteção da mulher ou do menor, a pedido do próprio empregado, de seus responsáveis legais ou do Ministério Público;
- b) não, as condições de trabalho são estabelecidas pela vontade das partes, conforme art. 444 da CLT;

- c) sim, desde que a empresa concorde com as novas condições;
- d) não, a lei não prevê essa competência ao juiz; as condições de trabalho devem ser estabelecidas sempre em acordo coletivo de trabalho, convenção coletiva ou dissídio coletivo;
- e) sim, se o Ministério do Trabalho constatar que as condições de trabalho são prejudiciais à saúde e à formação moral do trabalhador e denunciar o fato à Justiça.

37. Em caso de atraso do juiz à audiência, após quanto tempo as partes podem ir embora e qual a solenidade?

- a) 30 minutos, sem solenidade;
- b) 25 minutos, com expedição de certidão de comparecimento às partes;
- c) 20 minutos, com entrega de cópia da ata de audiência às partes;
- d) 15 minutos, com registro da ocorrência no livro de audiência;
- e) 10 minutos, com entrega de certidão às partes e atestado às testemunhas.

38. A solidariedade prevista no art. 2º, § 2º, da CLT, abrange todas as empresas integrantes do grupo econômico, porém é essencial que a empresa empregadora seja também chamada ao processo, a fim de que o título judicial seja constituído para justificar a solidariedade das demais empresas. Esta afirmação:

- a) contraria todos princípios da solidariedade;
- b) está correta, pois a solidariedade é entre as empresas do grupo; a reclamação deve ser obrigatoriamente contra a real empregadora; as demais empresas serão chamadas para responderem solidariamente entre si;
- c) está errada, pois confunde solidariedade com subsidiariedade;
- d) contém imprecisão, pois não é necessário chamar ao processo as devedoras solidárias; elas são solidárias "ex-vi legis", por isso respondem entre si pela dívida independentemente de terem participado da relação processual, sendo suficiente a prova da existência do grupo e a sentença condenatória da real empregadora;
- e) está errada, pois se há solidariedade a reclamação pode ser dirigida contra qualquer uma delas, incumbindo à empresa demandada denunciar a lide à real empregadora.

39. Advogado de autarquia federal em audiência, invocando autorização do dirigente máximo da entidade, ofereceu acordo trabalhista no valor de R\$ 50.000,00. Atitude do juiz.

- a) não deve homologar; os órgãos da Administração Pública não têm autonomia para realizar acordo em processo judicial;
- b) não deve homologar; o acordo tinha de vir por escrito, já assinado pelo dirigente máximo da entidade;
- c) deve homologar, por ser ato legítimo dos litigantes e por ser função do juiz conciliar as partes; a lei trabalhista não faz restrição quanto à qualidade das pessoas envolvidas na conciliação;
- d) deve homologar, pois existe lei administrativa autorizando as entidades públicas a terminarem os litígios judiciais por acordo, em valores até superiores a R\$ 50.000,00, conforme o caso;
- e) não deve homologar; em caso de inadimplemento, seria impossível a execução e a penhora de bens da Administração Pública.

40. Sobre o processo de criação de leis no Brasil pode ser afirmado que:

- I. as emendas à Constituição Federal terão sua numeração iniciada a partir da promulgação da Constituição;
- II. as leis complementares, as leis ordinárias e as leis delegadas terão numeração seqüencial em continuidade às séries iniciadas em 1946;
- III. na elaboração, as leis terão parte preliminar, parte normativa e parte final e o primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação;
- IV. a vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão;
- V. é vedado o aproveitamento do número de dispositivo revogado, vetado, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal ou de execução suspensa pelo Senado Federal em face de decisão do Supremo Tribunal Federal.

- a) apenas as alternativas II e IV estão incorretas;
- b) incorreta é apenas a alternativa V;
- c) nenhuma das alternativas é incorreta;
- d) a única incorreta é a alternativa IV;
- e) estão incorretas apenas II, III e IV.

41. A Constituição Brasileira prevê garantias como "habeas corpus", "habeas data", mandado de injunção e ação popular. Aponte a alternativa **incorreta**.

- a) "habeas corpus" é garantia contra coações; "habeas data" é garantia para obter informações ou retificação de registros pessoais; mandado de injunção visa tornar exigíveis direitos humanos e liberdades, para as quais não haja lei em vigor; ação popular visa a proteção de bens e direitos de valor econômico, artístico, estético ou histórico, que constituam patrimônio público;
- b) "habeas corpus" é garantia criminal para livrar o cidadão preso sem o flagrante delito; "habeas data" é garantia civil para obrigar as repartições públicas a fornecer ou corrigir dados pessoais que não possam ser obtidos ou corrigidos de forma sigilosa; mandado de injunção é ordem dada pelo Judiciário aos parlamentares para que votem as leis; e a ação popular tem origem na "actio populi" do Direito Romano;
- c) "habeas corpus" significa ande com o corpo ou tenha o corpo e "habeas data" significa eis os dados;
- d) "habeas corpus" constitui garantia criminal e "habeas data" constitui garantia civil recente no Brasil;
- e) "vis compulsiva" se resolve com "habeas corpus"; segredos governamentais sobre presos políticos, no passado ou no presente, são revelados com "habeas data"; ausência de regulamento à lei resolve-se com mandado de injunção; e o prejuízo ao patrimônio público, com ação popular ou ação civil pública.
42. O magistrado está sujeito às seguintes penalidades:
- a) advertência, censura, remoção compulsória, disponibilidade com vencimentos proporcionais, aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais e demissão;
- b) advertência, censura, admoestação, remoção compulsória com vencimentos proporcionais, disponibilidade compulsória com vencimentos proporcionais e destituição;
- c) advertência, censura, suspensão, remoção compulsória com vencimentos proporcionais, disponibilidade compulsória com vencimentos proporcionais e demissão;
- d) advertência, admoestação, remoção compulsória com vencimentos proporcionais, disponibilidade compulsória com vencimentos e exoneração;
- e) todas da alínea "a", porém só os juízes de primeira instância estão sujeitos à advertência e à censura.
43. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN):
- a) é a Lei Complementar n. 75/93;
- b) é a Lei Complementar n. 35/79;
- c) é a Lei Complementar n. 73/93;
- d) está suspensa pelo STF, face ao disposto no art. 93 da CF/88 ("Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura...");
- e) está revogada pela CF/88.
44. Os juízes terão direito a férias nas seguintes condições:
- I. 60 dias anuais, podendo gozá-las em dois períodos, nenhum inferior a 30;
- II. 30 dias anuais, após a CF/88;
- III. nos Tribunais Superiores serão coletivas, em dois períodos de 30 dias;
- IV. na primeira instância podem ser individuais ou coletivas;
- V. não têm o acréscimo de 1/3 deferido na atividade privada.
- a) todas as alternativas estão incorretas;
- b) todas estão corretas;
- c) apenas II e V estão incorretas;
- d) apenas II está incorreta;
- e) apenas I e III estão corretas.
45. Aponte a alternativa **incorreta**:
- a) os juízes de primeiro grau não podem ser convocados para substituir nos tribunais por período inferior ou igual a 30 dias;
- b) os juízes podem exercer o magistério, inclusive como empregado;
- c) os juízes podem, nos autos, em trabalhos científicos ou no exercício do magistério, tecer crítica sobre decisões proferidas por outros juízes ou tribunais;
- d) os regimentos dos tribunais podem estabelecer procedimento para apurar falta grave dos juízes;
- e) ao substituir nos tribunais o juiz receberá a redistribuição dos processos exclusivamente do juiz substituído.
46. O que significa compromisso de ajustamento de conduta?
- a) termo assinado pelo condenado ao receber a suspensão condicional da pena ("sursis");
- b) termo de compromisso assinado por funcionário público ao tomar posse na Administração Pública Federal, conforme Código de Conduta do Serviço Público Federal;

- c) título executivo extrajudicial assinado por interessados junto às autoridades (e.g. Ministério Público do Trabalho), em ação civil pública, mediante combinações, comprometendo-se a ajustar suas condutas às exigências legais;
- d) termo de compromisso assinado junto ao CODEFAT, em consequência de ação civil pública, para a defesa do patrimônio artístico e urbanístico tombado pela UNESCO;
- e) é o termo assinado pelo réu que já foi condenado por danos causados ao patrimônio público.

47. No Brasil, a assistência social é prestada pelo Estado a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. Pode ser dito também que essa assistência inclui:

- I. a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II. o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III. a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV. a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V. a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

- a) todas as alternativas estão incorretas, pois a assistência social atualmente tem caráter contributivo e solidário;
- b) a única incorreta é a alternativa V, pois a lei exige carência de 12 meses de contribuição para a garantia do salário mínimo mensal;
- c) a alternativa I é a única errada, pois está vinculada à previdência social e não à assistência social;
- d) todas as alternativas estão corretas;
- e) as alternativas I, II e IV são as únicas corretas.

48. Manter vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apoderar de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho, pode ser tipificado como:

- a) cárcere privado;
- b) ameaça;
- c) situação análoga à de escravo;
- d) seqüestro;
- e) abuso de autoridade.

49. Falso testemunho. A testemunha cometeu crime de falso testemunho. Atitude correta do juiz:

- a) se durante o depoimento, este será suspenso e a testemunha advertida de que poderá ser processada;
- b) terminado o depoimento, ainda em audiência, o juiz pode determinar a prisão imediata da testemunha ou remeter desde logo ofício ao Ministério Público;
- c) se no momento de prolatar a sentença, determinará o ofício ao Ministério Público a fim de que seja apurado o crime de falso testemunho;
- d) declarará na sentença o falso testemunho e remeterá cópia do depoimento à autoridade policial para instauração de inquérito;
- e) declarará na sentença o falso testemunho e oficiará ao Ministério Público com cópia do depoimento para a apuração do crime.

50. Constitui crime de atentado contra a liberdade de trabalho constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias, ou a celebrar contrato de trabalho. Esta afirmação do ponto de vista do Direito Penal está:

- a) correta;
- b) incorreta;
- c) incompleta ou tem excesso;
- d) desfundamentada;
- e) exagerada.